

# A IMPLANTAÇÃO DO PROGRAMA TELESSAÚDE NA ATENÇÃO BÁSICA DA SEGUNDA MACRORREGIÃO DE ALAGOAS

**Thais da Costa Oliveira**

Universidade Estadual de Ciências da Saúde de Alagoas  
*thais.bis.amor@gmail.com*

**Maria Lucélia da Hora Sales**

Universidade Estadual de Ciências da Saúde de Alagoas  
*luceliabora@bol.com.br*

**Francisca Rosaline Leite Mota**

Doutora em Ciência da Informação  
Professora do Curso de Biblioteconomia  
Universidade Federal de Alagoas  
*rosemota@yahoo.com.br*

**Cristiane Maria Alves Martins**

Universidade Estadual de Ciências da Saúde de Alagoas  
*cmamartins@gmail.com*

**Eraldo Alves da Silva Neto**

Universidade Estadual de Ciências da Saúde de Alagoas  
*eraldoasn@gmail.com*

Relato de Pesquisa

## Resumo

Telessaúde é o uso das modernas tecnologias da informação e comunicação para atividades à distância relacionadas à saúde em seus diversos níveis (primário secundário e terciário). Este estudo se propôs a avaliar a implantação do programa Telessaúde na atenção básica da segunda macrorregião de Alagoas. Os indicadores de estrutura e processo foram utilizados para descrever o programa e seu nível de implantação. Para tabular e processar os dados foram utilizados os programas Microsoft Office Excel 2010. Os resultados evidenciaram o nível de implantação do programa e as ações que vem sendo desenvolvidas na segunda macrorregião de Alagoas. Assim, verificou-se que o Programa Telessaúde ainda é incipiente em Alagoas, dado o relativo pouco tempo da implantação, com distribuição e acesso desigual na segunda macrorregião, o que requer maiores esforços para fortalecer a iniciativa ao evidenciar os pontos críticos e dificuldades no processo de implantação/implementação do Telessaúde.

## Palavras-chave

Telessaúde. Gestão em saúde. Programas e projetos de saúde.

## 1 INTRODUÇÃO

O desenvolvimento das Tecnologias da Informação (TIs) tem proporcionado mudanças e avanços nas práticas profissionais e na educação, propiciando alterações nas propostas organizacionais e acadêmicas através da “linguagem digital” que, conforme Oliveira (2003), permite informar, comunicar, interagir e aprender.

Tais alterações são patentes em todas as áreas do conhecimento e determinam um

novo *modus operandi* e *vivendi* da sociedade, não só em escala local mas, regional e global. Em meio ao cenário tecnológico cada vez mais forte, a saúde possivelmente é uma das áreas que mais incorpora tecnologias no contexto da administração, educação e assistência, o que deu margem ao surgimento da chamada Telessaúde que segundo o Conselho Federal de Medicina (2002) consiste no uso das modernas tecnologias da informação e comunicação para atividades à distância relacionadas à saúde em seus diversos níveis

(primário, secundário e terciário). Oliveira (2012) atenta para o fato de que o uso de ferramentas de Telessaúde podem contribuir para a interação entre profissionais de saúde ou entre estes e seus pacientes, bem como a acessibilidade a recursos de apoio diagnósticos ou até mesmo terapêuticos, atuando também como ponto de apoio e logística do sistema de saúde.

A Telessaúde no Brasil possui o ano de 2007 como um grande marco, visto que em tal período o Ministério da Saúde lançou, por meio da Portaria n.35 de 04 de janeiro de 2007, o Projeto Piloto Nacional de Telessaúde, abrangendo algumas localidades, com proposta de expansão. A citada portaria foi revogada pela Portaria n.402 de 24 de fevereiro de 2010 e, por fim, esta também foi revogada, passando a vigorar até o momento a Portaria n.2.546 de 27 de outubro de 2011 que “Redefine e amplia o Programa Telessaúde Brasil Redes, que passa a ser denominado Programa Nacional Telessaúde Brasil Redes”. Tal programa possui o objetivo de apoiar a consolidação das Redes de Atenção à Saúde ordenadas pela Atenção Básica no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS). No mesmo ano, o Ministério da Saúde, institui através da Portaria n. 2.554 de 31 de outubro de 2011, dentro do Programa de Requalificação das unidades básicas de saúde (UBS), o componente “Informatização e Telessaúde Brasil Redes na Atenção Básica”, tendo por objetivo:

Realizar a informatização das Unidades Básicas de Saúde e desenvolver ações de apoio à atenção à saúde e de educação permanente das equipes de atenção básica, visando à educação para o trabalho, na perspectiva da melhoria da qualidade do atendimento, da ampliação do escopo de ações ofertadas por essas equipes, da mudança das práticas de atenção e da organização do processo de trabalho, por meio da oferta de teleconsultoria, segunda opinião formativa e telediagnóstico.

Este pode ser considerado como um importante passo em direção ao fortaleci-

mento da proposta do Telessaúde. Importa registrar que desta forma, em consonância com o entendimento de Wen (2008), o Programa Telessaúde possibilita a criação de uma rede interligando instituições de ensino e serviços de saúde com profissionais na ponta, na estratégia da saúde da família, num processo de trabalho cooperado e permanente, agilizando a identificação de problemas e soluções e reduzindo os custos dos processos, contribuindo enormemente com a resolutividade e qualificação dos serviços, e por conseguinte, otimizando o fluxo de usuários e empoderando a atenção básica na atenção à saúde da população.

Frente ao desafio de consolidar a Telessaúde é que o presente estudo possui o objetivo de descrever a implantação do programa Telessaúde na atenção básica da segunda macrorregião de Alagoas, proporcionando o conhecimento do cenário do programa no Estado, com a análise da situação de implantação e dos fatores associados à facilitação/dificuldade do processo, fornecendo subsídios para melhoria e qualificação do programa que está em andamento em Alagoas.

Considerando o papel do Programa Telessaúde na qualificação das equipes e do processo de trabalho em saúde na atenção primária, este estudo se justifica pela relevância da avaliação em saúde, como ferramenta da gestão pública, para fornecer subsídios e estratégias de melhorias da implantação e implementação de serviços, evidenciando articulação e necessidades do sistema, que possibilitarão a reorganização dos processos de gestão e, em última análise, propiciará a qualificação da atenção básica no estado, por meio das estratégias de Telessaúde.

É essencial registrar que a pesquisa foi financiada pelo Programa de Pesquisa para o Sistema Único de Saúde (PPSUS), sendo uma parceria do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), Ministério da Saúde (MS), Secretaria de Estado da Saúde de Alagoas (SESAU) e Fundação de Amparo à Pesquisa de Alagoas (FAPEAL).

## 2 MÉTODOS

Trata-se de um estudo do tipo descritivo, transversal, de abordagem quantitativa, com a utilização de dados secundários. Os procedimentos de coleta de dados envolveram a leitura e análise dos relatórios de gestão do Programa Telessaúde desenvolvido na segunda macrorregião de Alagoas, disponíveis junto ao sistema de informação

da coordenação do Programa Telessaúde macrorregional.

Tomou-se por base o indicativo do *Manual de Telessaúde para Atenção Básica/ Atenção Primária à Saúde* do Ministério da Saúde (2012), onde as variáveis pesquisadas foram quanto à estrutura e processo, no período de novembro de 2012 a outubro de 2013, indicadores mínimos para acompanhamento e avaliação dos pontos de Telessaúde, descritos no quadro 1.

**Quadro 1** - Indicadores mínimos de estrutura e processo para monitoramento e avaliação de um Ponto de Telessaúde

| Tipo      | Nome                           | Descrição   | Numerador  | Denominador                              | Unidade                 |
|-----------|--------------------------------|---|--|--|-------------------------|
| ESTRUTURA | Conectividade                  | Presença de equipamentos de informatização (computador, webcam, etc.) e conexão à internet. | -  | -  | Sim/Não                 |
|           | Pontos de Telessaúde           | Número de unidades de saúde atendidas por Telessaúde em cada município.                     | Número de pontos   | -  | Pontos                  |
| PROCESSO  | Equipes                        | Número de equipes de saúde atendidas por Telessaúde em cada município.                      | Número de equipes  | -  | Equipes                 |
|           | Equipes/ponto                  | Número de equipes por ponto de Telessaúde.  | Número de equipes  | Número de pontos                         | Equipes/ponto           |
|           | Profissionais                  | Número de profissionais participantes do programa.  | Número de profissionais                                  | -  | Profissionais           |
|           | Capacitação                    | Percentual de equipes e pontos capacitados na macrorregião.                                 | -  | -  | %                       |
| PROCESSO  | Solicitação por município      | Média dos últimos 12 meses de solicitações por município.                                   | Total de solicitações nos últimos 12 meses no município. | -  | Solicitações/município  |
|           | Solicitação por equipe         | Média dos últimos 12 meses de solicitações por equipe de saúde.                             | Total de solicitações do município nos últimos 12 meses. | Número de equipes do município.          | Solicitações/equipe     |
|           | Solicitação por equipe por mês | Média de solicitações por equipe por mês  | Total de solicitações do município nos últimos 12 meses. | Número de equipes do município/12 meses. | Solicitações/equipe/mês |
|           | Solicitação por ponto          | Média dos últimos 12 meses de solicitações por ponto.                                       | Total de solicitações no município nos últimos 12 meses. | Número de pontos de telessaúde.          | Solicitações/ponto      |

|  |                              |  |   |              |   |
|--|------------------------------|--|---|--------------|---|
|  | Solicitação por profissional | Média dos últimos 12 meses de solicitações por profissional. | Solicitações por categoria profissional no município. | -            | % |
|  | Web realizados               | Proporção de webconferências realizadas.                     | Web realizadas  | Web marcadas | % |

Fonte: Adaptado do Manual de Telessaúde para a Atenção Básica/Atenção Primária à Saúde.

Os dados foram tabulados e processados no programa Microsoft Office Excel 2010, com a construção de um banco de dados acerca dos municípios integrantes da segunda macrorregião de Alagoas atendidos pelo Programa Telessaúde.

Por ser uma pesquisa com dados secundários relacionados a variáveis que não envolvem seres humanos direta ou indiretamente, conforme o disposto anteriormente, a pesquisa não necessitou de parecer ético de comitê em pesquisa, segundo a Resolução 466/2012. (CONSELHO NACIONAL DE SAÚDE, 2012).

### 3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

#### 3.1 Caracterização do Programa Telessaúde na Segunda Macrorregião

Conforme dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2013) o estado de Alagoas possui uma população de 3 300 935 habitantes, distribuídas conforme o Plano Diretor de Regionalização (PDR) em 102 municípios, que foram ordenados e alocados para efeito de operacionalização do SUS em duas macrorregiões de

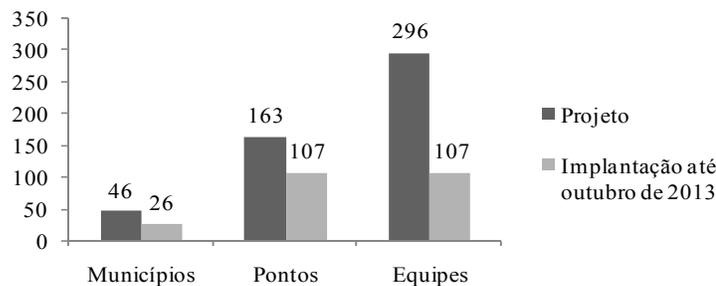
saúde, onde temos que a primeira macrorregião possui 2 093 801 habitantes, com município sede em Maceió, abarcando 56 municípios. Já a segunda macrorregião, com 1 026 692 habitantes em 46 municípios, com município sede em Arapiraca.

O programa Telessaúde foi descentralizado para as duas macrorregiões, com o objetivo de ofertar as ações o mais próximo possível dos municípios.

Arapiraca lançou seu projeto de implantação do Núcleo de Telessaúde na segunda macrorregião de Alagoas e em dezembro de 2011 foi aprovado, com intuito de estruturar o Núcleo macrorregional de Telessaúde e implantar 163 pontos de Telessaúde nas Unidades Básicas de Saúde dos 47 municípios da segunda macrorregião, perfazendo as 296 equipes de Saúde da Família/Atenção Básica.

Inicialmente, foi priorizada a implantação dos pontos de Telessaúde, nos municípios que aderiram ao Programa de Valorização da Atenção Básica (PROVAB), em uma distribuição proposta de pontos e municípios planejados até 2016, conforme demonstra a figura 1.

**Figura 1** - Implantação do Programa Telessaúde na Segunda Macrorregião, comparada à proposta no projeto inicial, Alagoas, novembro de 2012 a outubro de 2013



Fonte: Relatórios de Gestão, Segunda Macrorregião, Alagoas.

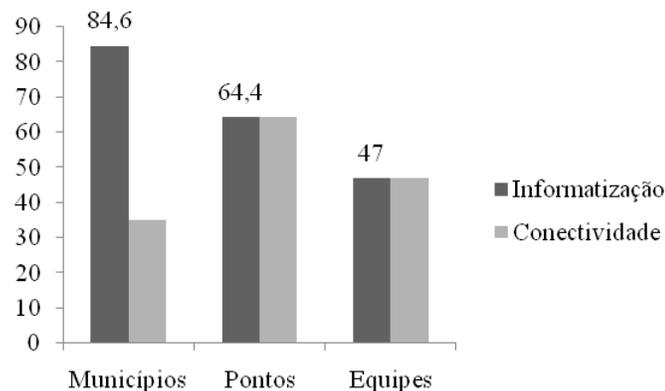
### 3.2 Indicadores de estrutura

Quanto ao Núcleo de Telessaúde (NT), a estrutura comporta infraestrutura física, equipamentos de informática (computadores e webcam), acesso a softwares para conectividade (*Skype*® e etc.), e três profis-

sionais teleconsultores generalistas, nas categorias de Medicina, Enfermagem e Odontologia. Outros profissionais envolvidos no NT são coordenador geral, monitor de campo, auxiliar administrativo, técnico de informática, motorista e auxiliar de serviços gerais.

**Figura 2** - Informatização e conectividade\* dos municípios da Segunda Macrorregião de Alagoas, novembro de 2012 a outubro de 2013.

\*Em %.



Fonte: Relatórios de Gestão, Segunda Macrorregião, Alagoas.

**Tabela 1** -Indicadores de estrutura do Programa Telessaúde, na Segunda Macrorregião de Alagoas, novembro de 2012 a outubro de 2013

| Indicador     | N    | Proporção |
|---------------|------|-----------|
| Pontos        | 107  | -         |
| Equipes       | 202  | -         |
| Profissionais | 1257 | -         |
| Equipes/ponto | -    | 1,88      |
| Capacitação   | 26   | -         |

Fonte: Relatórios de Gestão, Segunda Macrorregião, Alagoas.

### 3.3 Indicadores de processo

Os indicadores de processo evidenciaram que dos 22 municípios informatizados e com conectividade, apenas três (13,6%) foram os responsáveis pelas solicitações de teleconsultorias, modalidade de Te-

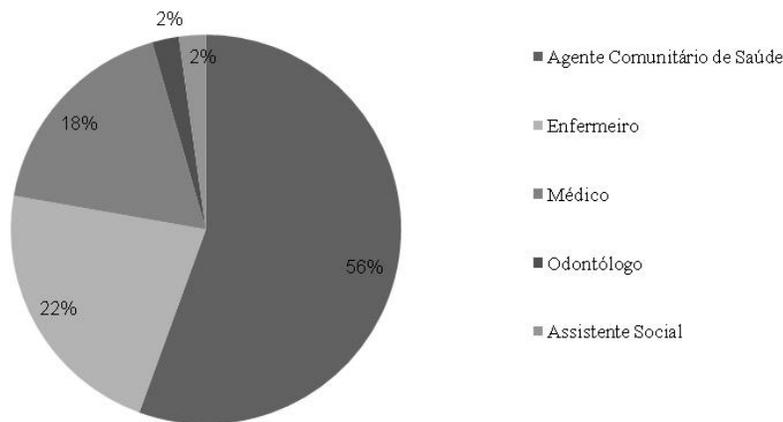
lessaúde oferecida pelo NT no período de novembro de 2012 a outubro de 2013. Não houve registros de webconferências nos relatórios analisados. Neste período, foram solicitadas um total de 50 teleconsultorias, com uma distribuição conforme o evidenciado na tabela 2 e figura 2, a seguir.

**Tabela 2** - Distribuição de teleconsultorias por município solicitante, na segunda macrorregião de Alagoas, novembro de 2012 a outubro de 2013

| Município              | N         | %          | Sol/ponto   | Sol/Equipe  | Sol/Equipe/mês |
|------------------------|-----------|------------|-------------|-------------|----------------|
| Arapiraca              | 33        | 66         | 2,75        | 0,66        | 0,05           |
| Olho D'água das Flores | 14        | 28         | 1,16        | 2           | 0,16           |
| Palmeira dos Índios    | 3         | 6          | 0,25        | 0,13        | 0,01           |
| <b>Total</b>           | <b>50</b> | <b>100</b> | <b>4,16</b> | <b>0,63</b> | <b>0,05</b>    |

Fonte: Relatórios de Gestão, Segunda Macrorregião, Alagoas.

**Figura 3** - Distribuição de teleconsultorias por categoria profissional solicitante, da segunda macrorregião de Alagoas, novembro de 2012 a outubro de 2013



Fonte: Relatórios de Gestão, Segunda Macrorregião, Alagoas.

### 3.4 Discussões empreendidas

A segunda macrorregião de saúde enquanto base territorial de planejamento da atenção à saúde, que agrupa as regiões de saúde, considerando variáveis socioeconômicas, geográficas, acesso viário, oferta de serviços e necessidade de implantação de serviços ambulatoriais e hospitalares de média complexidade e de alta complexidade, assegura o acesso aos cidadãos no eixo macrorregional desses níveis de atenção. (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2007)

Assim, no âmbito do Programa Telessaúde é cenário de gestão e monitoramento da implantação e implementação do mesmo, possibilitando o desenvolvimento dos processos e atividades de forma a contemplar e aliar as características e necessidades locais aos objetivos e oferta de atividades do programa. (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2012)

De acordo com o Ministério da Saúde (2012) a implantação do Programa Telessaúde é dada em três etapas sequenciais, definidas e organizadas no projeto de implantação. A primeira etapa consiste na estruturação da sede do Núcleo de Telessaúde e/ou viabilização da oferta de teleconsultorias e informatização/conectividade, de no mínimo, 70% das equipes de Atenção Básica/Saúde da Família, com início da solicitação de teleconsultorias, critérios estes individualizados para cada município-sede de núcleo. Já nas segunda e terceira etapas, modalidades de Telessaúde são desenvolvidas, como a segunda opinião formativa, teleeducação e telediagnóstico, a depender da pactuação na comissão intergestoresbipartite e da especificação no projeto.

Quanto à estrutura do Programa de Telessaúde, os resultados evidenciaram uma infraestrutura adequada à primeira fase de implantação do projeto, que contempla o

início da disponibilização de teleconsultorias, já que a estrutura mínima recomendada comporta salas de apoio e monitoramento, além de espaço físico para administração/coordenação, com equipamento tecnológico mínimo superior ao das unidades de saúde, que possibilite conectividade superior, em relação aos pontos.

Com relação aos recursos humanos, preconiza-se uma equipe mínima de profissionais no NT para responder à primeira fase de implantação, correspondendo a 150-300 teleconsultorias/mês; a presença de coordenador geral, assistente administrativo e profissional para suporte de informática, constantes no NT de Arapiraca, oferecendo suporte para as equipes de regulação, de campo e teleconsultores.

A equipe de regulação é formada por monitor de regulação e regulador médico, responsáveis por regular e ordenar o fluxo de teleconsultorias, e ainda não disponíveis no NT da segunda macrorregião. Na equipe de campo, responsável pelo apoio e acompanhamento à distância dos pontos, há necessidade de coordenador e monitor de campo, com disponibilidade apenas deste último no NT analisado.

A equipe de teleconsultores corresponde a profissionais da área de saúde encarregados de responder às solicitações de teleconsultorias, sendo três categorias profissionais envolvidas – Medicina, Enfermagem e Odontologia, correspondem às categorias integrantes das equipes de atenção básica/saúde da família na maior parte do território brasileiro, demonstrando uma relação entre maior possibilidade de demanda de teleconsultoria pelos profissionais das equipes da ESF e presença de teleconsultores no NT macrorregional. Pode haver ainda a participação de teleconsultor eventual, a depender das necessidades da região.

Os municípios da segunda macrorregião cadastrados no projeto foram priorizados na implantação do programa, em detrimento de outros, pelo desenvolvimento do PROVAB, estratégia que aliada à Telessaúde, visa fortalecer a atenção básica em regiões de difícil acesso, por meio da valorização

e qualificação dos profissionais e melhoria do acesso aos serviços.

A informatização dos municípios demonstrou-se como um desafio no programa, sendo esta compreendida como o fornecimento de infraestrutura e material de tecnologias de informação (computadores, etc.). Para o final da primeira fase de implantação do programa, preconiza-se a informatização/conectividade de pelo menos 70% das equipes, e até o momento na segunda macrorregião, há 35% de conectividade. Assim, a adesão à conectividade constituiu-se em grande obstáculo ao desenvolvimento das ações de Telessaúde, já que para isto há a necessidade de conexão à internet e transmissão de informações via *web*.

Nesse sentido, uma singularidade ao nível de território nacional é que a disseminação das Tecnologias da Informação e da Comunicação (TIC) no Brasil, em especial no Setor Saúde, conforme Silva e Moraes (2012), não corresponde ao investimento necessário para implantar a Telessaúde no SUS. Além disso, não se podem desvincular as características e disparidades regionais nesta avaliação, há também as grandes diferenças entre locais nos quais há e onde não há experiências prévias de telemedicina ou telemática na saúde em geral. E ainda é necessário levar em conta as discrepâncias de disponibilidade de infraestrutura de internet com banda larga. Isso interfere, tanto quanto o processo de trabalho preexistente, em escolhas entre alternativas como supervisão clínica on-line ou off-line.

Outro mecanismo relacionado à dificuldade de informatização e conectividade para implementação do Programa Telessaúde Brasil Redes é a necessidade de definição de regras claras sobre a Telessaúde no SUS, dado que nela há uma tensão entre interesses públicos, coletivos e indústria privada. Portanto, como janela de oportunidade ainda pouco explorada nessa problemática, há a possibilidade de construção de uma pauta de ações integradas em Telessaúde e interoperabilidade de sistemas de informação do SUS, no âmbito do Sistema de Inovação em Ciência e Tecnologia em Saúde.

As proporções de equipes e municípios por ponto de Telessaúde são indicadores relevantes na avaliação da distribuição dos pontos para fornecer um retrato do acesso dos municípios, equipes e unidades à Telessaúde, e os resultados deste estudo evidenciaram distribuição favorável, porém havendo necessidade de avaliação da efetividade e aplicabilidade desta distribuição.

As capacitações quanto ao programa e seu funcionamento são primordiais e tornam-se relevantes pelo fato da implantação do programa Telessaúde ser tida como estratégia inovadora, ao aliar as tecnologias de informação e o cuidado à saúde, e consequentemente, haver necessidade de mudança de paradigmas, principalmente quanto à formação profissional e gestão dos serviços.

Os resultados quanto às capacitações, por não perfazerem 100% das equipes e pontos cadastrados no projeto, relacionam-se, também, à baixa proporção de teleconsultorias realizadas no período, podendo-se levar em consideração o processo de desenvolvimento gradual e realização das capacitações como um dos agentes causais à subutilização do programa nas regiões/municípios nos quais há informatização e conectividade.

Quanto aos indicadores de processo, que refletem a utilização e funcionamento do programa Telessaúde, demonstraram uma subutilização por parte dos municípios, na modalidade disponibilizada, a teleconsultoria. Arapiraca foi o município que representou a maior proporção de solicitações, associando-se a própria presença do NT macrorregional. Seguindo-se, Olho D'Água das Flores e Palmeira dos Índios.

A média de teleconsultorias/mês/equipe é um indicador de acompanhamento do financiamento do programa, já que o financiamento de Projetos de Informatização e Telessaúde Brasil Redes na Atenção Básica prevê uma média de duas teleconsultoria/mês/ESF. Nesta pesquisa, os resultados mostraram médias inferiores ao requerido pela portaria.

Frente a uma baixa utilização das atividades de Telessaúde por um ou muitos municípios, pode-se disparar uma série de

ações a fim de se esclarecer os motivos da baixa utilização (má qualidade das respostas às teleconsultorias, verificada no processo de auditoria) e apontar as intervenções para a correção de rumo (atividades de educação permanente e de qualificação dos teleconsultores ou sua substituição).

Além do quesito quantidade de solicitações de teleconsultorias, deve-se atentar para a qualidade destas respostas e sua aplicabilidade na resolatividade das questões na atenção básica. O estudo de Silva e Moraes (2012) demonstrou que houve uma baixa associação entre as referidas solicitações de teleconsultorias e causas de internação sensíveis à atenção básica na região pesquisada.

A categoria profissional da ESF mais atuante na solicitação de teleconsultorias constituiu-se pelo agente comunitário de saúde, um aspecto bastante positivo, já que estes profissionais são o vínculo e eixo integrador entre unidade de saúde da família e comunidade<sup>12</sup> e por meio de sua capacitação, utilizando estratégias de Telessaúde, pode-se alcançar efetivamente a qualificação do cuidado e resultados favoráveis no primeiro nível de atenção.

Além do desafio da adesão, pactuação e prática das ações de Telessaúde pelos municípios, o programa enfrenta a própria dificuldade e subutilização por parte dos profissionais. E, no que diz respeito à iniciativa e motivação, Castro Filho (2007) em trabalho recente realizado no Rio Grande do Sul, mostrou que cerca de 30% dos médicos que tiveram acesso à Telessaúde durante um longo período, não fizeram nenhuma utilização (uso zero).

Apenas a categoria assistente social não possuía teleconsultor específico, o que suscita a discussão proposta anteriormente, neste trabalho, com a necessidade de análise de todas as categorias envolvidas direta ou indiretamente na atenção básica, e contratação de teleconsultores que os representem, contribuindo para o estabelecimento de respostas eficazes às solicitações.

Em um estudo de monitoramento e avaliação do Telessaúde no Rio Grande do Sul, relacionou-se a falta de tempo na agenda profissional, sobrecarga de trabalho e não

previsão/proteção de horário para uso de Telessaúde, além do fator exclusão digital e falta de costume com o uso de ferramentas à distância como fatores causais do baixo número de solicitações de teleconsultoria, sugerindo a capacitação constante e contínua da equipe como alternativa válida para alcançar uma maior adesão dos profissionais de saúde.

Assim, diante da avaliação dos indicadores de estrutura e processo, visualiza-se três grandes questões na implementação do programa Telessaúde na atenção básica da segunda macrorregião de saúde de Alagoas: o aumento da infraestrutura para implantação das ações de Telessaúde; melhoria da utilização pelos municípios que possuem condições para tal, e dos profissionais integrantes da rede, fortalecendo e ampliando o programa e em última análise, empoderando e trazendo resolutividade à atenção básica. Castro Filho (2007) demonstrou que, na experiência do Telessaúde no Rio Grande do Sul, a cada duas teleconsultorias solicitadas por profissionais médicos, um encaminhamento de paciente para outros níveis de atenção é evitado.

#### 4 CONCLUSÃO

A pesquisa evidenciou um Programa Telessaúde em avanço na segunda macrorregião de saúde de Alagoas, e que, considerando as limitações próprias do território brasileiro e a dificuldade inerente às regiões de difícil acesso, na utilização de ferramentas de tecnologia e comunicação, e o próprio processo de implementação da Telessaúde como um desafio para a gestão em saúde, o NT macrorregional alcançou resultados favoráveis em pouco tempo da implantação.

A avaliação da estrutura demonstrou a dificuldade da implantação do programa em todos os municípios da segunda macrorregião, sendo contemplados apenas os cadastrados em outro programa – PROVAB. A estrutura do NT mostrou-se adequada à primeira fase de implantação do programa.

A informatização e a conectividade foram os principais fatores identificados que travam a implementação e desenvolvimento das ações de Telessaúde, já que há uma desproporção entre os municípios cadastrados, os que são informatizados e os que possuem conectividade, cenário comum a diversas regiões brasileiras.

O município de Arapiraca foi o maior responsável pelas solicitações de teleconsultorias, por ser município sede do NT e da segunda macrorregião. O Agente Comunitário de Saúde foi o profissional que mais utilizou estas tecnologias, um aspecto bastante favorável ao papel do Telessaúde na qualidade da assistência da atenção básica.

A subutilização do programa nos municípios informatizados e com conectividade demonstra que há uma lacuna entre a oferta das ações de Telessaúde e a efetiva utilização pelos municípios e profissionais. As causas de tal subutilização vão além dos objetivos desta pesquisa, mas suscitam discussão acerca da efetividade das capacitações e da avaliação qualitativa do desenvolvimento das ações de Telessaúde, já que mais relevante é verificar o impacto das modalidades de Telessaúde na resolutividade e qualificação da atenção básica, em detrimento da análise dos indicadores quantitativos do andamento do programa.

Assim, sumariza-se a necessidade de mais pesquisas acerca da temática de Telessaúde, principalmente no que concerne às dificuldades de implantação e utilização da Telessaúde, bem como a avaliação dos resultados, categoria de indicadores não descrita nesta pesquisa, pelo próprio processo de implantação/implementação do programa que está em andamento na segunda macrorregião de saúde de Alagoas, mas que se torna fundamental nos processos de gestão, ao demonstrar o impacto das ações de Telessaúde na melhoria da qualidade da atenção básica, e, assim, das condições de saúde da população.

## IMPLEMENTATION OF THE PROGRAMME TELEHEALTH IN PRIMARY CARE SECOND MACRO-REGION

### Abstract

*Telehealth is the use of information and communication technologies for distance activities related to health at various levels (primary secondary and tertiary). This study aimed to evaluate the Telehealth program for primary care of the second macro-region of Alagoas. The structure and process indicators were used to describe the program and its level of deployment. To tabulate and process the data Microsoft Office Excel 2010. Programs The results showed the level of implementation of the program and the actions that have been developed in the second macro-region of Alagoas were used. Thus, it was found that the Telehealth Program is still incipient in Alagoas, given the relative short time of implementation, with unequal distribution and access in the second macro-region, which requires greater efforts to strengthen the initiative to highlight the critical issues and difficulties in the process deployment / implementation of telehealth.*

### Keywords

*Telehealth. Health management. Programs and health projects.*

---

Artigo recebido em 01/04/2016 e aceito para publicação em 19/07/2016

---

### REFERÊNCIAS

- CASTRO FILHO, E. D. Telessaúde em apoio à Atenção Primária à Saúde no Brasil. *Rev Bras Med Fam e Com*, Rio de Janeiro, 11(3), 2007.
- CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA. Resolução no 1.643, de 7 de agosto de 2002. Define e disciplina a prestação de serviços através da telemedicina. **Diário Oficial da União**, Poder executivo, Brasília, DF, 26 ago. 2002. Disponível em: [http://www.portalmedico.org.br/resolucoes/cfm/1992/1643\\_1992.htm](http://www.portalmedico.org.br/resolucoes/cfm/1992/1643_1992.htm). Acesso em: 20 ago. 2013.
- CONSELHO NACIONAL DE SAÚDE. Resolução N° 466, de 12 de dezembro de 2012. Disponível em: <http://conselho.saude.gov.br/resolucoes/2012/Reso466.pdf>>. Acesso em: 24 jun. 2014.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Sinopse do censo demográfico 2010. Disponível em: <http://www.censo2010.ibge.gov.br/sinopses/index.php?dados=21&uf=27>>. Acesso em: 04 nov. 2013.
- MINISTÉRIO DA SAÚDE. Gabinete do Ministro. Portaria n° 2.488, de 21 de outubro de 2011. Política Nacional de Atenção Básica, estabelecendo a revisão de diretrizes e normas para a organização da Atenção Básica, para a Estratégia Saúde da Família (ESF) e o Programa de Agentes Comunitários de Saúde (PACS). **Diário Oficial da União**, 24 out. 2011, Sec. 1, p. 48-55.
- MINISTÉRIO DA SAÚDE. Gabinete do Ministro. Portaria n° 2.554, de 31 de outubro de 2011. Institui, no Programa de Requalificação de Unidades Básicas de Saúde, o Componente de Informatização e Telessaúde Brasil Redes na Atenção Básica, integrado ao Programa Nacional Telessaúde Brasil Redes. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 2011, Sec. 1, p. 28-9.
- MINISTÉRIO DA SAÚDE. Gabinete do Ministro. Portaria N° 2087, de 1° de setembro de 2011. Institui, no âmbito do Ministério da Saúde, o Programa de Valorização do Profissional da Atenção Básica. Brasília, 2011. Disponível em: [http://189.28.128.99/provab/docs/geral/PORTARI-A\\_INTERMINISTERIAL\\_n2087\\_de\\_01\\_d\\_e\\_setembro\\_de\\_2011.pdf](http://189.28.128.99/provab/docs/geral/PORTARI-A_INTERMINISTERIAL_n2087_de_01_d_e_setembro_de_2011.pdf)>. Acesso em: 08 set. 2013.
- MINISTÉRIO DA SAÚDE. Gabinete do Ministro. Portaria n° 35, de 4 de janeiro de 2007. Institui, no âmbito do Ministério da Saúde, o Programa Nacional de Telessaúde. Brasília, 2007. Disponível em: <http://dtr2001.saude.gov.br/sas/PORTARIAS/Port2007/GM/GM-35.htm>>. Acesso em: 08 set. 2012.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. Manual de Telessaúde para Atenção Básica/Atenção Primária à Saúde. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Brasília: Ministério da Saúde, 2012. Disponível em: <telessaude.bvs.br/tiki-download\_file.php?fileId=2450>. Acesso em: 20 jun. 2013.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. Secretaria-Executiva. Departamento de Apoio à Descentralização. Regionalização solidária e cooperativa: orientações para sua implementação no SUS. Brasília: Ministério da Saúde, 2007.

OLIVEIRA, D. G; MAIA, D. M. N. Gestão estadual da Telessaúde em Pernambuco: uma proposta de integração. In: CONGRESSO BRASILEIRO EM INFORMÁTICA EM SAÚDE, CIBS, 13., 2012. **Anais...** 2012. Disponível em: <www.sbis.org.br/cbis2012/arquivos/870.pdf>. Acesso em: 20 ago. 2013.

OLIVEIRA, E. G. **Educação à distância na transição paradigmática**. Campinas: Papyrus, 2003.

SILVA, A. B; MORAES, I. H. S. O caso da Rede Universitária de Telemedicina: análise da entrada da telessaúde na agenda política brasileira. **PhysisRevista de Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 22, n. 3, p. 1211-1235, 2012.

WEN, C. L. Telemedicina e Telessaúde: um panorama no Brasil. **Informática Pública**, São Paulo, v. 2, p. 07-15, 2008.